

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

Relatório sobre a revisão das Informações Contábeis Intermediárias.

Referente ao terceiro trimestre de 2022.



Aponte a câmera de seu celular para a imagem acima e preencha nossa pesquisa de satisfação. Caso não compatível, obtenha um leitor de *QR Code* para acessar o conteúdo da imagem.



Russell Bedford

taking you further

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

Aos

**Administradores e aos Conselheiros da
ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA
Paranaguá – PR**

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2022. Essas informações contábeis compreendem o balanço patrimonial, em 30 de setembro de 2022, e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para o período de três e nove meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com a NBC TG 21 (R4) Demonstração Intermediária. Nossa responsabilidade, por outro lado, é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade). A revisão de Informações Intermediárias consiste na realização de indagações àqueles responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria. Consequentemente, esta revisão não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Logo, não expressamos uma opinião de auditoria.



Base para conclusão com ressalva

Depósitos Judiciais

Conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 09, em 30 de setembro de 2022, a Entidade possuía registrado no seu Ativo Não Circulante o montante de R\$ 65.420 mil a título de Depósitos Judiciais Trabalhistas e Cíveis dos quais é parte. Não recebemos a documentação apropriada e suficiente para corroborar a manutenção dos valores registrados nas demonstrações contábeis. Conseqüentemente, não foi possível, por meio da aplicação de procedimentos alternativos de auditoria, concluirmos sobre a adequação do saldo apresentado e os eventuais impactos nas demonstrações contábeis intermediárias de 30 de setembro de 2022.

Teste de *Impairment* – Imobilizado

Segundo a Nota Explicativa nº 11, em 30 de setembro de 2022, a Entidade possuía o saldo de R\$ 602.861 mil na conta do Imobilizado. A administração não demonstrou o valor residual individual de cada bem do Imobilizado em comparação entre o saldo contábil e a avaliação da existência de indícios internos ou externos de desvalorização, conforme requer a NBC TG 01 (R4) – Valor Recuperável de Ativos e a NBC TG 27 (R4) – Imobilizado. Conseqüentemente, não foi possível, por meio da aplicação de procedimentos alternativos de auditoria, concluirmos sobre a adequação do saldo apresentado e os eventuais impactos nas demonstrações contábeis intermediárias de 30 de setembro de 2022.

Passivos Contingentes

Segundo a Nota Explicativa nº 15, em 30 de setembro de 2022, a Entidade possuía o saldo de R\$ 445.706 mil a título de Provisões Judiciais registradas no Passivo Não Circulante referentes a discussões judiciais das quais a entidade é parte. Não recebemos a documentação apropriada e suficiente para corroborar a manutenção desses valores nas demonstrações contábeis. Conseqüentemente, não foi possível, por meio da aplicação de procedimentos alternativos de auditoria, concluirmos sobre a adequação do saldo apresentado e os eventuais impactos nas demonstrações contábeis intermediárias de 30 de setembro de 2022.



Russell Bedford

taking you further

Conclusão com Ressalva

Com base em nossa revisão, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos nos parágrafos da seção “Base para conclusão com ressalva”, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias supramencionadas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21(R4), aplicável à elaboração de Informações Trimestrais.

Outros assuntos

Examinamos as demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2021, apresentadas para fins de comparabilidade, e emitimos um relatório, em 17 de março de 2022, com opinião modificada quanto aos mesmos assuntos dos parágrafos “Base para conclusão com ressalvas” e às Obrigações Fiscais e Previdenciárias regularizadas durante o exercício.

Examinamos as informações contábeis do período findo em 30 de setembro de 2021, apresentadas para fins de comparabilidade, e emitimos um relatório, em 24 de fevereiro de 2022, com conclusões modificadas similares aos parágrafos da seção “Base para conclusão com ressalva” no que tange aos Depósitos Judiciais, aos Passivos Contingentes e às Obrigações fiscais e Previdenciárias regularizadas no decorrer do exercício.

Barueri, 1º de novembro de 2022.

RUSSELL BEDFORD GM
AUDITORES INDEPENDENTES S/S
2 CRC RS 5.460/O-0 “T” SP

ROGER MACIEL
DE
OLIVEIRA:902384
35091

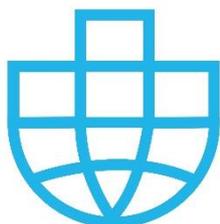
Assinado de forma digital
por ROGER MACIEL DE
OLIVEIRA:90238435091
Dados: 2023.01.06
10:06:05 -03'00'

Roger Maciel de Oliveira
Contador 1 CRC RS 71.505/O-3 “T” SP
Sócio Responsável Técnico

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

PORTOS DO PARANÁ - Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina

30 de setembro de 2022



**PORTOS
DO PARANÁ**
LOGÍSTICA INTELIGENTE



PARANÁ
GOVERNO
DO ESTADO

PORTOS DO PARANÁ – Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS
Em 30 de setembro de 2022

CONTEÚDO

Balço Patrimonial.....	3
Demonstração do Resultado do Exercício.....	4
Demonstração do Resultado Abrangente.....	5
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.....	6
Demonstração dos Fluxos de Caixa (Método Indireto)	7
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Intermediárias.....	8 a 35

**PORTOS DO PARANÁ – ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE
PARANAGUÁ E ANTONINA**

CNPJ nº 79.621.439/0001-91

Balancos Patrimoniais

Em 30 de setembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de Reais - R\$)

ATIVO	NE	30.09.2022	31.12.2021	Δ%
CIRCULANTE				
Caixa e equivalentes de caixa	04	214.399	220.363	-3%
Contas a receber	05	20.123	7.852	156%
Impostos a recuperar	06	38.224	37.232	3%
Estoques	07	14.541	13.544	7%
Despesas de exercícios seguintes		1.336	430	211%
Adiantamentos a empregados	08	2.406	942	155%
TOTAL DO CIRCULANTE		291.029	280.363	4%
NÃO CIRCULANTE				
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO				
Depósitos Judiciais Cíveis e Trabalhistas	09	148.294	143.462	3%
Depósitos Judiciais Tributos	09	363.240	315.967	15%
Outros Créditos	10	3.033	2.420	25%
		514.567	461.849	11%
IMOBILIZADO	11	602.861	597.489	1%
INTANGÍVEL	11	2.252	2.164	4%
		605.113	599.653	1%
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		1.119.680	1.061.502	5%
TOTAL DO ATIVO		1.410.709	1.341.865	5%

PASSIVO	NE	30.09.2022	31.12.2021	Δ%
CIRCULANTE				
Fornecedores		11.650	33.831	-66%
Obrigações Trabalhistas	12	19.198	13.853	39%
Obrigações Fiscais	13	12.767	10.408	23%
Adiantamentos de clientes	14	11.365	11.346	0%
TOTAL DO CIRCULANTE		54.980	69.438	-21%
NÃO CIRCULANTE				
PASSIVO NÃO CIRCULANTE				
Impostos, taxas e contribuições	13	341.923	298.737	14%
Provisões contingenciais	15	445.706	443.643	0%
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		787.629	742.380	6%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
Capital social	16	1.086.444	1.086.444	0%
Prejuízos acumulados	16	(518.344)	(556.397)	-7%
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		568.100	530.047	7%
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.410.709	1.341.865	5%

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis

PORTOS DO PARANÁ - ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA
CNPJ nº79.621.439/0001-91
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO DO TRIMESTRE LEVANTADOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2022 E 2021

		01.07.2022 a	Período findo	01.07.2021 a	Período findo	
	NE	30.09.2022	em 30.09.2022	30.09.2021	em 30.09.2021	Δ%
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	17	133.702	373.533	121.208	355.880	5%
Infraestrutura de Acesso Aquaviário		49.486	143.169	47.310	139.254	3%
Infraestrutura de Acostagem		2.336	8.359	3.440	10.561	-21%
Infraestrutura Operacional Terrestre		20.103	59.375	18.668	70.973	-16%
Receitas de Armazenagem		1.122	3.347	2.009	7.230	-54%
Receitas por Utilização de Equipamentos		9.718	25.626	9.437	18.364	40%
Diversos Padronizados		1.076	3.109	709	8.447	-63%
Contratos de Arrendamento		49.487	129.700	39.294	100.127	30%
Receitas Complementares		374	848	341	924	-8%
DEDUÇÕES DA RECEITA		(16.391)	(40.097)	(11.553)	(34.661)	16%
(-) Contribuições sobre Faturamento	17	(11.957)	(33.997)	(11.177)	(32.741)	4%
(-) Faturas Canceladas		(4.434)	(6.100)	(376)	(1.920)	218%
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	17	117.311	333.436	109.655	321.218	4%
CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS	18	(46.785)	(151.798)	(32.772)	(107.598)	41%
Custos Infraestrutura Marítima		(12.263)	(46.852)	(2.434)	(22.432)	109%
Custos Infraestrutura de Acostagem		(381)	(5.781)	(3.263)	(4.933)	17%
Custos Infraestrutura Terrestre		(1.806)	(6.530)	(2.613)	(2.613)	150%
Custos Alocados à Diversos Padronizados		(862)	(2.682)	(870)	(4.481)	-40%
Custos Indiretos		(31.473)	(89.953)	(23.592)	(73.139)	23%
LUCRO BRUTO		70.526	181.638	76.883	213.621	-15%
DESPESAS	19	(51.886)	(146.238)	(59.708)	(168.193)	-13%
Despesas administrativas						
Despesas com Pessoal		(13.679)	(38.550)	(11.587)	(33.846)	14%
Serviços de Terceiros e Utilidades		(13.508)	(31.877)	(11.174)	(36.121)	-12%
Despesas Gerais		(7.002)	(19.207)	(6.639)	(17.732)	8%
Depreciação do imobilizado		(8.878)	(26.994)	(8.509)	(26.743)	1%
Amortização do intangível		(35)	(174)	(472)	(1.368)	-87%
		(43.102)	(116.801)	(38.381)	(115.810)	1%
Outras receitas (despesas) operacionais	19					
Despesas PCLD		(8.120)	(23.125)	(6.885)	(21.851)	6%
Outras despesas operacionais		(240)	(5.197)	(14.249)	(30.139)	-83%
Outras receitas(despesas) não recorrentes		(424)	(1.115)	(193)	(393)	184%
		(8.784)	(29.437)	(21.327)	(52.383)	-44%
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULT. FINANCEIRO		18.640	35.400	17.175	45.428	-22%
RESULTADO FINANCEIRO	20	9.527	26.577	4.135	8.415	216%
Receitas financeiras		9.538	26.608	4.144	8.443	215%
(-) Despesas financeiras		(11)	(31)	(9)	(28)	11%
RESULTADO ANTES DO IR E CS		28.167	61.977	21.310	53.842	15%
Tributos Correntes		(9.886)	(20.641)	(2.508)	(8.156)	153%
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	16	18.281	41.336	18.802	45.687	-10%
EBITDA		27.799	62.567	26.155	73.538	-15%

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

**PORTOS DO PARANÁ – ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE
PARANAGUÁ E ANTONINA
CNPJ nº 79.621.439/0001-91
Demonstrações de Resultados Abrangentes
Em 30 de setembro de 2022 e de 2021**

(Em milhares de Reais - R\$)

	01.07.2022 a 30.09.2022	Período findo em 30.09.2022	01.07.2021 a 30.09.2021	Período findo em 30.09.2021
Resultado do exercício	18.281	41.336	18.802	45.687
Outros resultados abrangentes	-	(3.283)	-	410
Total do Resultado Abrangente	18.281	38.053	18.802	46.097

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

PORTOS DO PARANÁ – ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

CNPJ nº 79.621.439/0001-91

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Em 30 de setembro de 2022 e 30 de setembro de 2021

(Em milhares de Reais - R\$)

Descrição	Capital Social	Ajuste de avalição patrimonial	Lucros (Prejuízos) Acumulados	Total
Saldos 31 .12. 2020	1.086.444	(914)	(581.397)	504.133
Resultado Líquido do Período	-	-	45.687	45.687
Ajuste de Exercícios Anteriores	-	-	410	410
Saldos 30.09.2021	1.086.444	(914)	(535.300)	550.230
Saldos 31.12.2021	1.086.444	-	(556.397)	530.047
Resultado Líquido do Período	-	-	41.336	41.336
Ajuste de Exercícios Anteriores	-	-	(3.283)	(3.283)
Saldos 30.09.2022	1.086.444	-	(518.344)	568.100

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

PORTOS DO PARANÁ – ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA
CNPJ nº 79.621.439/0001-91

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
(Método Indireto)

Em 30 de setembro de 2022 e de 2021

(Em milhares de Reais - R\$)

	30.09.2022	30.09.2021
Fluxos de caixas das atividades operacionais		
Lucro líquido do período	41.336	45.687
Ajustes para reconciliar o lucro	26.316	25.681
Depreciações/amortizações	27.536	28.111
Provisão para contingências, líquidas de baixas e reversões	2.063	(2.840)
Ajuste de exercícios anteriores	(3.283)	410
Aumento (redução) dos ativos	(69.348)	(45.417)
Contas a receber de clientes	(12.271)	(15.485)
Estoques	(997)	1.067
Tributos a recuperar	(992)	4.929
Despesas antecipadas e outros valores a receber	(906)	(2.675)
Depósitos judiciais	(52.106)	(387)
Demais créditos	(2.076)	(32.866)
Aumento (redução) dos passivos	28.728	(9.071)
Fornecedores	(22.181)	(1.900)
Obrigações sociais e trabalhistas	5.345	(7.077)
Impostos e contribuições a recolher	45.545	(22.173)
Adiantamentos de clientes e outras obrigações a pagar	19	22.079
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	27.032	16.880
Fluxos de caixas das atividades de investimentos		
Aquisição do Imobilizado e intangível	(32.996)	-
Baixa do imobilizado e intangível	-	11.205
Caixa líquido tomado nas atividades de investimentos	(32.996)	11.205
Fluxos de caixas das atividades de financiamentos		
Caixa líquido gerado (tomado) nas atividades de financiamentos	-	-
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	(5.964)	28.085
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	220.363	220.866
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	214.399	248.951

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

PORTOS DO PARANÁ – ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

Em 30 de setembro de 2022

(Valores expressos em milhares de Reais – R\$)

1 – CONTEXTO OPERACIONAL

O Porto de Paranaguá iniciou sua operação em 1832 como um atracadouro gerido por particulares. Em 1917, o Governo do Paraná passou a administrar o Porto que recebeu o nome de Dom Pedro II em homenagem ao Imperador. No entanto, sua inauguração só ocorreu de fato no ano de 1935, em 17 de março, com a atracação do navio “Almirante Saldanha” da Marinha do Brasil.

Em 11 de julho de 1947, foi criada a Autarquia Estadual que levou o nome de Administração do Porto de Paranaguá, cuja denominação foi modificada posteriormente, no ano de 1971, pela Lei nº 6.249 efetivando a fusão com a Administração do Porto de Antonina criando a Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina (APPA), ficando a APPA responsável pela administração do Porto Dom Pedro II (Paranaguá) e do Porto Barão de Teffé (Antonina).

Algumas fases podem ser reconhecidas durante a evolução e história do Porto de Paranaguá. Tem-se a fase de estabelecimento às margens do Rio Itiberê, que ocorreu no século XVI; a fase de expansão, referente à mudança do porto para as margens da baía no início do século XX, tornando assim viável o acesso de embarcações maiores; e, por fim, a fase de especialização, na década de 1950, com granéis sólidos, iniciando com o café, e posteriormente com soja e farelo, originando o Complexo Corredor de Exportação, nos anos 1970.

Nos anos 1950 e 1960, com o auge do café, a cidade de Paranaguá teve uma expansão urbana entre os Rios Itiberê e Emboguaçu e Ilha dos Valadares. A construção da BR-277, em 1967, também se apresentou como um fator impactante no desenvolvimento do Porto de Paranaguá, sendo responsável pela ligação do litoral paranaense com o extremo oeste, resultando na ampliação da ligação entre novas áreas produtoras de cereais no Brasil, diversificando o volume de negócios no Porto.

Em 11 de dezembro de 2001 o governo do Paraná firmou um Convênio de Delegação com a União por intermédio do Ministério dos Transportes e com a regulação e fiscalização pela ANTAQ (Agência Nacional de Transportes Aquaviários) com prazo de vigência de 25 anos prorrogáveis por mais 25 anos.

Em 13 de agosto de 2019, o Estado do Paraná é o primeiro Estado do Brasil a receber autonomia para administrar contratos de exploração de áreas dos portos organizados. Com a medida, a gestão dos arrendamentos de instalações portuárias, que antes eram definidos pela Secretaria Nacional de Portos, passam a ser controlados pela empresa pública Portos do Paraná.

Na data de 05 de maio de 2020, foi assinado antecipadamente a prorrogação do Convênio de Delegação nº.37/2001, atualizando a vigência para até 1º de janeiro de 2052 e suas cláusulas conforme a legislação do setor, como por exemplo a Lei nº.13.303/2016 (Lei de Responsabilidade das Estatais), Lei nº.12.815/2013 (Marco Regulatório dos Portos) e demais normas que passaram a vigorar após dezembro de 2001.

2 – BASE DE PREPARAÇÃO

2.1. DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE

As informações trimestrais da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07, Lei nº 11.941/09, Lei nº 12.973/14 e Lei nº 13.303/16, e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”).

As demonstrações contábeis intermediárias também foram preparadas de acordo com as IFRS, emitidas pelo IASB.

Não há mudanças nas operações da Companhia, itens não usuais, alteração de estimativas, mudança na composição da Companhia ou qualquer outro evento que requeira divulgação específica.

2.2. BASE DE MENSURAÇÃO

As demonstrações contábeis intermediárias foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, com exceção das aplicações financeiras, apresentadas a valor justo por meio do resultado.

2.3. MOEDA FUNCIONAL E MOEDA DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações contábeis intermediárias são apresentadas em milhares de reais (R\$), a moeda funcional do ambiente econômico onde a Companhia atua. Os valores apresentados nas Demonstrações e nas Notas Explicativas também são apresentados em milhares de reais exceto quando apresentados em outro formato indicado.

2.4. USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

A preparação das demonstrações contábeis intermediárias de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetem a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Os efeitos das revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidos na ocasião da própria revisão e/ou em qualquer período futuro afetado.

As principais premissas utilizadas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e na data do balanço, envolvendo risco de causar um ajuste relevante no valor contábil dos ativos e passivos são apresentadas a seguir:

- a) Valor justo de instrumentos financeiros; e
- b) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas.

2.5. DATA DE APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

A Administração da Companhia autorizou a conclusão e emissão das informações em 01 de novembro de 2022.

3 – PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas detalhadas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações contábeis intermediárias.

a. Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil

de competência.

A receita da prestação dos serviços no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita é reconhecida quando existe evidência confiável de que os riscos e benefícios inerentes a propriedade dos serviços prestados foram transferidos e/ou executados para o cliente, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados e os possíveis cancelamentos dos serviços possam ser estimados de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os serviços disponibilizados aos usuários do porto, e de que o valor da receita possa ser mensurado de maneira confiável.

b. Receita e despesa financeira

A receita está representada pelos ganhos nas variações do valor de ativos financeiros mensurados a valor justo por meio de resultado, bem como as receitas de juros obtidas através do método de juros efetivos.

As receitas financeiras abrangem, basicamente, as receitas de descontos e de juros sobre aplicações financeiras.

As despesas financeiras abrangem, principalmente, despesas com juros, multas e variações monetárias.

c. Ativos circulante e não circulante

- Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem os numerários em espécie, depósitos bancários disponíveis e aplicações financeiras de alta liquidez, cujos vencimentos, quando de sua aquisição, são iguais ou inferiores a 90 (noventa) dias, prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

As aplicações financeiras classificadas nesse grupo, por sua própria natureza, estão mensuradas a valor justo por meio do resultado e podem ser utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo.

- Contas a receber de clientes e outros créditos

O valor justo de contas a receber e outros créditos é estimado como o valor presente de fluxos de caixa futuros, descontado pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação. Esse valor justo é determinado para fins de divulgação.

- Depósitos Judiciais

Representam depósitos realizados pela Companhia relativos a processos judiciais ou administrativos em curso.

- Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/despesas no resultado.

Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, pelo método linear, baseado na vida útil econômica estimada de cada componente.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

Até o final do terceiro trimestre de 2022, a Companhia não verificou a existência de indicadores de que determinados ativos imobilizados poderiam estar acima do valor recuperável, e, conseqüentemente, nenhuma provisão para perda de valor recuperável dos ativos imobilizados foi necessária.

- Demais ativos circulantes e não circulantes

São apresentados ao valor líquido de realização.

d. Passivos circulante e não circulante

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data do balanço.

- Fornecedores

São inicialmente reconhecidos pelo valor nominal e, posteriormente acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações incorridas até a data de encerramento das demonstrações contábeis intermediárias.

- Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui uma obrigação, legal ou constituída, como resultado de um evento passado e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

As provisões são revisadas e ajustadas para refletir alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

- Imposto de renda e contribuição social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social, do exercício corrente e diferido, são calculados com base nas alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para Imposto de Renda e 9% sobre o lucro tributável para Contribuição Social sobre o Lucro.

e. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

São constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda (pronunciamento contábil CPC 25) inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação de advogados. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

f. Novos pronunciamentos técnicos, revisões e interpretações

Não foram emitidos pronunciamentos técnicos, revisões e interpretações pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis durante o terceiro trimestre de 2022.

04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	30/09/2022	31/12/2021
	R\$/1.000	R\$/1.000
Bancos conta movimento	30.244	15.584
Bancos conta vinculada (i)	1.329	1.086
Aplicações financeiras (ii)	265.700	294.890
Aplicações financeiras (iii)	(82.874)	(91.197)
Total	214.399	220.363

- (i) Saldo de contas bancárias conjuntas com clientes e prestadores de serviços depositados a título de garantia de contratos. A relação dos contratos garantidos está relacionada na tabela a seguir, e os valores estão em milhares de reais:

Contrato	Cliente/Prestador	Saldo em 30/09/2022	Banco	Agência	C/C
009/2010	Cattalini Terminais Marítimos	14	001	0259-3	70.700-7
027/2010	Centrosul Serviços Marítimos Ltda.	334	001	0259-3	69.795-8
011/2010	CPA Terminal Paranaguá S.A.	101	001	0259-3	70.673-6
029/2010	Harbor Operações Portuárias	15	001	0259-3	70.672-8
014/1999	Cattalini Terminais Marítimos	31	001	0259-3	70.817-8
003/1995	Terminais Portuários Ponto do Felix	87	001	0259-3	71.254-X
093/2021	TEAPAR	168	001	0259-3	70.874-7
31/2019	MTRD Telecomunicações Ltda	1	001	0259-3	24.632-8
053/2014	Openport Sistemas Ltda	221	001	0259-3	68.576-3
053/2022	Gaesan Eng. Consultoria Técnica Ltda	187	001	259-3	67.901-X
018/2007	Bestra Equipamentos Industriais Ltda	5	001	0259-3	44.469-3
065/2012	Central de Serviços Gardin Ltda	3	001	0259-3	69.730-3
020/2012	E-Sales Soluções de Integração Ltda	3	001	0259-3	68.620-4
075-2012	Inforshop Suprimentos Ltda	1	001	0259-3	69.818-0
004/2016	Portal Serviços de Pavimentação Ltda	19	001	0259-3	62.640-6
006/2007	Sigmafone Telecomunicações Ltda	1	001	0259-3	44.473-1
009/2008	Técnica Joss de Elevadores	1	001	0259-3	58.752-4
096/2021	TRC Telecom Ltda.	123	001	0259-3	90.877-0
091/2021	Valdiney Felipe Queiroz	11	001	0259-3	90.876-2
N/I	Volvo - BR - Repres. Pinho Comissária	3	001	0259-3	71.253-1
TOTAL		1.329			

- (ii) Valores aplicados em Certificados de Depósitos Bancários CDB e fundo exclusivo. Os valores aplicados em CDBs são indexados pela variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, remunera a empresa a uma taxa média anual de remuneração de 99,50%. Os valores aplicados em fundos de investimentos possuem uma remuneração média de 100% ao CDI. Os fundos são administrados em parte pelo Banco do Brasil e em parte pela Caixa Econômica Federal.
- (iii) Refere-se a um bloqueio judicial nas cotas da aplicação junto ao Banco do Brasil – Fundo Exclusivo, como garantia de caixa na discussão de ações trabalhistas e cíveis em andamento. A composição do bloqueio está no item (iii) da NE nº 09.

05 – CONTAS A RECEBER

A Portos do Paraná, na condição de Autoridade Portuária é responsável pela cobrança das tarifas portuárias aprovadas pela ANTAQ para os Portos do Paraná. As tarifas para movimentação de carga, descarga e baldeação são conhecidas por INFRAMAR (Receitas da Infraestrutura do acesso Aquaviário), para movimentação das cargas entre o berço e o armazém ou limite da área do porto são INFRAPORT (Receitas da Infraestrutura Terrestre) e pela utilização da infraestrutura de acostagem são as tarifas conhecidas como INFRACAIS (Receitas da Infraestrutura de Acostagem). O valor a receber de clientes em 30 de setembro de 2022 é de R\$20.123 (R\$7.852 em 31 de dezembro de 2021). A composição destes títulos por idade de vencimento é apresentada no quadro a seguir:

	30/09/2022	31/12/2021
A vencer	15.970	2.451
Vencidos até 30 dias	174	1.597
Vencidos de 30 a 180 dias	102	207
Vencidos a mais de 180 dias (i)	3.877	3.597
Total	20.123	7.852
Parcela do circulante	20.123	7.852
Parcela do não circulante	-	-
Total	20.123	7.852

	30/09/2022	31/12/2021
Depósito judicial – processo 1749/07 (ii)	294.272	271.147
Provisão para perda (Ofício 170/17-TCE)	(294.272)	(271.147)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (iii)	21.709	21.709
Provisão para perda	(21.709)	(21.709)
Total	-	-

(i) O saldo de títulos vencidos a mais de 180 dias é composto da seguinte forma:

Cliente	Valor original
Terminais Port. Ponta do Félix	3.188
Forte Solo Serviços Integrados	28
Informatizar	20
Outras	641
Total	3.877

- (ii) O montante classificado nesta rubrica refere-se ao processo judicial nº 1749/2007(hoje tramitando na 1ª Vara Federal de Paranaguá sob o nº 5000750-31.2016.404.7008), no qual o SINDOP – Sindicato dos Operadores Portuários do Estado do Paraná, questiona em nome de alguns de seus associados a legalidade de reajuste tarifário aprovado pela Resolução 715/2007-ANTAQ e autorizado pelo Conselho de Autoridade Portuária – CAP. E o juízo proferiu uma decisão liminar determinando que a diferença entre a tarifa originária e o reajuste fosse depositado em juízo até a resolução da lide. Para facilitar o controle a PORTOS DO PARANÁ emite faturas distintas referente a este acréscimo da tarifa aos clientes, os quais após efetuarem o depósito em juízo apresentam a administração portuária os comprovantes de recolhimento. Com a transformação da PORTOS DO PARANÁ em empresa pública, em setembro de 2014, estes valores foram reclassificados no ativo não circulante – créditos de longo prazo. Em 2017, o Tribunal de Contas do Estado – TCE, em um processo de auditoria expediu o ofício nº 170/2017 que pontua a incerteza do recebimento dos valores depositados em juízo e que eles não geram aumento dos benefícios econômicos. Sendo assim, para cumprir a orientação do TCE e evitar o superdimensionamento do ativo da Companhia foi registrado como PCLD o montante idêntico desta rubrica. A contrapartida do lançamento foi realizada no Patrimônio Líquido para o montante de exercícios anteriores e em conta de resultado como reversão de receita para as faturas emitidas a partir de 2017. A PORTOS DO PARANÁ optou por manter na base tributável para fins de apuração de impostos e contribuições o valor depositado mensalmente pelos clientes, mantendo o conservadorismo adotado como prática de gestão.
- (iii) A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi criada no exercício de 2015 após uma extensa e criteriosa análise dos títulos em aberto. O montante identificado no levantamento realizado pela Companhia constatou que estes títulos se referem a períodos anteriores a 2010. As limitações do sistema de gestão utilizado na época e a falta de documentos que informem e comprovem o andamento das cobranças realizadas impossibilitam juridicamente o direito de recebimento destes títulos. Por esta razão optou-se pela criação da provisão com contrapartida considerada indedutível para fins de apuração de tributos – IRPJ e CSLL. Os lançamentos realizados após estes registros iniciais recebem a tratativa conforme determina a norma contábil vigente.

06 – TRIBUTOS A RECUPERAR

	30/09/2022	31/12/2021
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	27.975	27.246
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	10.068	9.806
Programa de Integração Social - PIS	32	31
Contribuição para o Fin. da Seguridade Social – COFINS	149	149
Total	38.224	37.232

07 – ESTOQUES

O gerenciamento do estoque é realizado no sistema GMS – Gestão de Materiais e Serviços utilizados por todas as entidades públicas estaduais do Paraná. Todos os itens (produtos e mercadorias, exceto bens do ativo imobilizado, adquiridos pela administração portuária transitam pelo almoxarifado, ou seja, são registrados na aquisição e baixados quando da solicitação através de requerimento de utilização enviado pelos departamentos da PORTOS DO PARANÁ ao setor responsável. A contabilidade realiza os registros de baixa no sistema de gestão – Sênior mediante relatório emitido no GMS. O saldo de estoques em 30 de setembro de 2022 é de R\$14.541 e em 31 de dezembro de 2021 é de R\$13.544.

08 – ADIANTAMENTOS

Os valores dos adiantamentos se referem ao cumprimento do Acordo Coletivo de Trabalho 2019/2021, que estabelece que o empregado quando de sua fruição de férias pode optar em receber a 1ª parcela do 13º Salário, juntamente com outras verbas específicas das suas férias. O Adiantamento de passagens se refere à aquisição de passagens aéreas para a Intermodal 2020 que teve sua realização cancelada pela pandemia de COVID-19 e esse valor está em processo de análise de devolução pela Secretaria de Administração e Previdência, gestora do sistema Central de Viagens.

	30/09/2022	31/12/2021
13º Salário	2.307	-
Férias	89	933
Adto. de passagens	10	9
Total	2.406	942

09 – DEPÓSITOS JUDICIAIS

Os depósitos registrados no Ativo da Companhia se referem a discussões judiciais na qual a PORTOS DO PARANÁ é parte. Enquanto não ocorrer o trânsito em julgado destas ações não é possível determinar se estes valores retornarão à Companhia, em caso de ganho na ação, ou serão transferidas para o resultado como despesas dedutíveis para cálculo de IRPJ e CSL, em caso de decisão final não favorável a PORTOS DO PARANÁ. Os depósitos estão classificados conforme o quadro a seguir:

	30/09/2022	31/12/2021
Trabalhistas (i)	46.188	33.058
Tributos (ii)	363.240	315.967
Cíveis	19.232	19.207
Outros (iii)	82.874	91.197
Total	511.534	459.428

- (i) O valor refere-se a depósitos recursais de ações trabalhistas em fase de conhecimento e que, portanto, não foram finalizadas. Também constam registrados nesta rubrica os valores depositados para as ações que ocorreram o trânsito em julgado e estão na fase de liquidação de sentença.
- (ii) Em novembro de 2014 a PORTOS DO PARANÁ ajuizou uma ação em face da União pleiteando o reconhecimento da imunidade tributária. Neste mesmo processo a Companhia solicitou o recolhimento através de depósito judicial para os valores apurados mensalmente dos tributos administrados pela Receita Federal do Brasil até o trânsito em julgado da ação de Imunidade Tributária. Em 26 de novembro de 2014, foi proferida decisão liminar autorizando a PORTOS DO PARANÁ a efetuar depósito judicial dos tributos federais. Em razão desta conduta prevista no Código Tributário Nacional – CTN, inciso II do art. 151, a exigibilidade dos tributos fica suspensa até a resolução da lide.
- (iii) O valor de R\$82.873 em 30 de setembro de 2022 e R\$ 91.197 para 31 de dezembro de 2021 registrado em Outros refere-se ao bloqueio da aplicação financeira da PORTOS DO PARANÁ conforme mencionado na nota explicativa nº 04.

Bloqueios por natureza das ações judiciais

	<u>30/09/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Trabalhistas	3.050	18.108
Cíveis	79.823	73.089
Total	82.873	91.197

10 – OUTROS CRÉDITOS

	<u>30/09/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Convênio 54/2018 FUNESPAR	872	666
Convênio 021/2022 FUNPAR-UFPR	102	-
Provisão de IRRF sobre aplicações	742	437
Garantia Copel Comercialização S.A. - Contrato 042/2021	1.317	1.317
Total	3.033	2.420

O Convênio com a Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Paranaguá tem por objetivo a cooperação técnica, científica, cultural e financeira entre as Partícipes visando estruturar, implantar e gerenciar uma base de prontidão especializada no resgate e na despetrolização de fauna em caso de acidentes ambientais na área do Complexo Estuarino de Paranaguá (CEP), em atendimento aos Planos de Emergência Individual (PEI) da APPA. O objeto do convênio é contraprestação obrigatória por parte da autoridade portuária, para a manutenção de sua licença ambiental para operação das atividades portuárias na baía de Paranaguá.

11 – IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

a) Imobilizado

ESPÉCIE DE BEM	Veículos	Terrenos	Edificações e Benfeitorias	Construções	Máquinas Aparelhos e Equip.	Móveis e Utensílios	Equip. de Inform. e Tecnologia	Instalações	Equip. de medição	Imobilizado em andamento	Total
31 de dezembro de 2020	88	135.254	158.856	35.762	171.051	1.703	791	64.985	22	74	568.587
Aquisições	-	-	-	-	123	302	1.294	137	-	31.451	33.307
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Depreciação	(66)	-	(5.786)	(2.509)	(11.583)	(198)	(498)	(7.050)	(2)	-	(27.692)
Transferência	-	-	237	-	-	-	-	-	-	(237)	-
Baixa Deprec. Acum.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajuste Contábil	-	-	-	-	798	-	-	-	-	(3.196)	(2.398)
Aquisições	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
30 de setembro de 2021	22	135.254	153.308	33.253	160.389	1.806	1.587	58.072	20	28.092	571.803
31 de dezembro de 2021	-	135.254	151.377	32.416	156.875	1.749	1.427	55.722	19	62.650	597.489
Aquisições	-	-	60	-	-	387	1.744	-	-	30.543	32.734
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Depreciação	-	-	(5.982)	(2.509)	(10.996)	(224)	(597)	(7.052)	(2)	-	(27.362)
Transferência	-	-	14.107	-	-	-	-	-	-	(14.107)	-
Baixa Deprec. Acum.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajuste Contábil	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
30 de setembro de 2022	-	135.254	159.562	29.907	145.879	1.912	2.574	48.670	17	79.086	602.861

No período findo em 30 de setembro do 2022, as principais movimentações ocorridas no patrimônio, ocorreram principalmente na conta de Obras em Andamento devido a investimentos realizados na infraestrutura marítima (Derrocagem da Palangana e Dragagem na área dos Dolphins de atracação) e na estrutura do cais (Recuperação do Píer de Inflamáveis), além de adequação da infraestrutura de segurança (ISPS-Code).

b) Intangível

ESPÉCIE DE BEM	Intangível	Intangível em andamento	TOTAL
31 de dezembro de 2020	1.726	83	1.809
Aquisições	428	1.605	2.033
Baixas	-	-	-
Amortização	(1.368)	-	(1.368)
Transferência	-	-	-
Baixa Amort. Acum.	-	-	-
Ajuste Contábil	-	-	-
30 de setembro de 2021	786	1.688	2.475
31 de dezembro de 2021	435	1.728	2.164
Aquisições	-	263	263
Baixas	-	-	-
Amortização	(174)	-	(174)
Transferência	-	-	-
Baixa Amort. Acum.	-	-	-
Ajuste Contábil	-	-	-
30 de setembro de 2022	261	1.991	2.252

12 – OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

	30/09/2022	31/12/2021
Ordenados a pagar	3.009	2.733
Provisão para Férias	10.778	10.823
Provisão para 13º Salário	5.062	-
Consignações folha	236	197
Pensões a pagar	113	100
Total	19.198	13.853

13 – OBRIGAÇÕES FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

	30/09/2022	31/12/2021
Encargos da Folha	3.595	5.776
Contribuição Previdenciária - INSS	1.629	2.725
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS	469	901
Imposto de renda retido na fonte – IRRF Folha	1.497	2.150
Contribuições sobre o Faturamento	222.540	193.403
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	183.167	159.180
Programa de Integração Social - PIS	39.373	34.223
Impostos e Contribuições sobre Resultados	126.966	105.333
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	33.520	27.789
Imposto de Renda da Pessoa Jurídica - IRPJ	93.446	77.544
Encargos Retidos de Fornecedores	1.589	4.633
Contribuição Previdenciária (Lei 10.833/03)	244	1.119
Imposto de Renda Retido na Fonte (Lei 10833/03)	(79)	330
Outros Tributos Federais (PIS/COFINS/CSLL)	1.202	2.011
Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza	222	1.173
Parcelamento INSS/SEFA-PR	-	-
TOTAL	354.690	309.145
Parcela do Circulante	12.767	10.408
Parcela do Não Circulante	341.923	298.737

14 – ADIANTAMENTO DE CLIENTES

Para que seja liberada qualquer operação nos Portos de Paranaguá e Antonina o cliente deverá obrigatoriamente efetuar um adiantamento dos valores referente à operação pretendida. O aporte poderá ser através de caução, seguro ou fiança. Esta norma interna foi estabelecida na Ordem Serviço nº 237-12 e é utilizada inclusive para o consumo de água e energia elétrica dentro da área do porto organizado. Os adiantamentos são registrados na contabilidade e após o fechamento da operação, a PORTOS DO PARANÁ emite a fatura correspondente e compensa o valor do adiantamento recebido. Em 30 de setembro de 2022 o valor desta conta é de R\$11.365 e de R\$11.346 em 31 de dezembro de 2021.

15 – PROVISÕES JUDICIAIS

	30/09/2022	31/12/2021
Trabalhistas	119.069	119.069
Cíveis	28.149	28.149
Administrativas	269.052	269.052
Precatórios (i)	29.436	27.373
Total	445.706	443.643
Parcela do circulante	-	-
Parcela do não circulante	445.706	443.643

- (i) As execuções para a cobrança de dívida de órgãos de Direito Público da União, Estados, Municípios, Autarquias e Fundações Públicas se processam pela expedição de uma ordem de pagamento para inclusão desta dívida no orçamento público. Este título é conhecido como precatório requisitório e é expedido após decisão transitado em julgado da qual o ente público tenha sido condenado. Em algumas ações o juiz determina que o valor devido possa ser reconhecido como precatório do Governo do Estado, podendo ou não ser aceito dentro do prazo estipulado, portanto, reconhecemos a provisão destas ações no curto prazo, pois caso o Estado determine o pagamento, a PORTOS DO PARANÁ deverá cumprir a requisição.

A PORTOS DO PARANÁ possui um número elevado de ações judiciais em razão da sua operação, visibilidade e representatividade econômica para o Estado do Paraná. A equipe de advogados subordinados a Diretoria Jurídica atua em todas as áreas de contencioso, administrativo e consultivo.

16 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O capital social da PORTOS DO PARANÁ é de R\$1.086.443.861,38 (um bilhão, oitenta e seis milhões e quatrocentos e quarenta e três mil, oitocentos e sessenta e um reais e trinta e oito centavos), totalmente integralizados pelo Estado do Paraná.

O capital social da Companhia só poderá ser alterado por decreto do poder executivo, mediante a capitalização, doação, bens, reservas e outros recursos de bens e direitos que vierem a ser destinados a esse fim com anuência do Conselho de Administração e da Assembleia Geral Ordinária.

b) Resultado do período

O resultado contábil para o período findo em 30 de setembro de 2022 foi um lucro de 41,336 milhões de reais e para o mesmo período no exercício de 2021 a Companhia registrou um lucro contábil de 45,687 milhões de reais. Os lucros auferidos pela PORTOS DO PARANÁ deverão ser compensados com a conta de prejuízos acumulados.

O EBITDA, que significa Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização, atingiu a marca de 62.567 milhões e o EBITDA Ajustado, que soma ao EBITDA outras despesas operacionais e PCLD, conseguiu atingir 90.889 milhões.

	<u>30/09/2022</u>	<u>30/09/2021</u>
EBITDA	62.567	73.538
EBITDA Ajustado	90.889	125.529
Margem EBITDA	19%	23%

c) Prejuízos acumulados

O prejuízo acumulado registrado no patrimônio líquido da PORTOS DO PARANÁ para 30 de setembro de 2022 é de R\$518.344 e de R\$556.397 para o período findo em 31 de dezembro de 2021.

d) Ajuste de Exercícios Anteriores

A ocorrência deste fato deu-se após apuração e levantamento de pendências ressaltadas na auditoria do exercício de 2021, sendo realizadas desta maneira readequações de ESTOQUE/ALMOXARIFADO, conforme reunião com os responsáveis da Coordenadoria de Materiais e Contabilidade na Sala da Diretoria Administrativa e Financeira.

Destaca-se que as informações apontadas na tabela abaixo foram reclassificadas pela natureza de origem da despesa, como também, revisão de Entradas e Saídas não constatadas nos controles auxiliares em razão do volume de recebimentos/entregas de materiais ocorridas fora do Almojarifado Central, sendo conseqüentemente ajustadas as movimentações pertinentes no Sistema GMS (estoque) e Sistema Sênior (Contabilidade).

Conta: 100370 - 1.01.04.01.01 - Estoque / Almojarifado			
Data	Histórico	Valor	
01/03/2022	Valor ref. Reajuste Almojarifado NF 2001 de COPABO INFRAESTRUTURA MARÍTIMA LTDA, cfe. posição do Sistema GMS.	52.559,90	Valor de ICMS do produto não lançado no GMS
01/03/2022	Valor ref. Reajuste Almojarifado NF 2262 de COPABO INFRAESTRUTURA MARÍTIMA LTDA cfe. posição do Sistema GMS.	1.417.354,30	Entrada de Produtos no GMS não realizada no período
01/03/2022	Valor ref. Reajuste Almojarifado NF 24991 de GREENTEX QUÍMICA LTDA, cfe. posição do Sistema GMS.	674.887,50	ÓLEO MINERAL - Abastecimento direto do reservatório do Silo Público
01/03/2022	Valor ref. Reajuste Almojarifado NF 26127 de GREENTEX QUÍMICA LTDA, cfe. posição do Sistema GMS.	676.462,50	
01/03/2022	Valor ref. Reajuste Almojarifado NF 30340 de DATEN TECNOLOGIA LTDA, cfe. posição do Sistema GMS.	7.210,50	TECLADO E MOUSE - parte integrante de NF Patrimoniada
01/03/2022	Valor ref. Reajuste Almojarifado NF 33795 de DATEN TECNOLOGIA LTDA, cfe. posição do Sistema GMS.	131,10	TECLADO E MOUSE, mais VALOR DE IPI - parte integrante de NF Patrimoniada

01/03/2022	Valor ref. Reajuste Almoxarifado NF 331 de HEAD NET TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA, cfe. posição do Sistema GMS.	70.466,04	Prestação de serviços com fornecimento de materiais sob demanda de
01/03/2022	Valor ref. Reajuste Almoxarifado NF 339 de HEAD NET TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA, cfe. posição do Sistema GMS.	178.177,85	infraestrutura de cabeamento de rede lógica, cabeamento de rede telefônica com
01/03/2022	Valor ref. Reajuste Almoxarifado NF 342 de HEAD NET TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA, cfe. posição do Sistema GMS.	472.243,54	fornecimento de materiais e equipamentos de rede de dados,
01/03/2022	Valor ref. Reajuste Almoxarifado NF 344 de HEAD NET TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA, cfe. posição do Sistema GMS.	536.144,09	compreendendo instalação, remoção, ampliação,
01/03/2022	Valor ref. Reajuste Almoxarifado NF 354 de HEAD NET TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA, cfe. posição do Sistema GMS.	520.951,25	remanejamento, manutenção preventiva e corretiva, testes de funcionalidade.
01/03/2022	Valor ref. Reajuste Almoxarifado NF 533511 de ELETRO COMERCIAL REYMASTER LTDA, cfe. posição do Sistema GMS.	23.076,47	Valor referente Reajuste Contratual (complemento de Preço e ICMS) - NF sem Item
01/03/2022	Valor ref. Reajuste Almoxarifado NF 593 de LOCMAQ LOCADORA DE MÁQUINAS LTDA, cfe. posição do Sistema GMS.	198.990,00	TIRAS DE BORRACHA - Substituição em correias transportadoras
01/03/2022	Valor ref. Reajuste Almoxarifado NF 801 de DUE FRATELLI INF. E COM. VAREJISTA LTDA, cfe. posição do Sistema GMS.	16.932,00	Materiais do Patrimônio (RACK e NOBREAK) inseridos no Estoque/Almoxarifado
TOTAL		4.845.587,04	
31/05/2022	Valor ref. Reversão de reajuste de lançamento NF 2262 da empresa COPABO INFRAESTRUTURA MARÍTIMA, cfe relatório de Entradas GMS.	-1.417.354,30	
31/05/2022	Valor ref. Reajuste Almoxarifado NF 326 de HEAD NET TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA, cfe. posição do Sistema GMS.	-36.163,68	
31/05/2022	Valor ref. Reajuste Almoxarifado NF 329 de HEAD NET TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA, cfe. posição do Sistema GMS.	-108.491,04	
TOTAL		3.283.557,36	

17 – RECEITA OPERACIONAL

	01.07.2022 a 30.09.2022	Período findo em 30.09.2022	01.07.2021 a 30.09.2021	Período findo em 30.09.2021	Δ%
Infraestrutura de Acesso Aquaviário	49.486	143.169	47.310	139.254	3%
Infraestrutura de Acostagem	2.336	8.359	3.440	10.561	-21%
Infraestrutura Operacional Terrestre	20.103	59.375	18.668	70.973	-16%
Receitas de Armazenagem	1.122	3.347	2.009	7.230	-54%
Receitas por Utilização de Equipamentos	9.718	25.626	9.437	18.364	40%
Diversos Padronizados	1.076	3.109	709	8.447	-63%
Contratos de Arrendamento	49.487	129.700	39.294	100.127	30%
Receitas Complementares	374	848	341	924	-8%
	133.702	373.533	121.208	355.880	5%
(-) Deduções da receita	(16.391)	(40.097)	(11.553)	(34.661)	16%
Receita operacional líquida	117.311	333.436	109.655	321.218	4%

As receitas da PORTOS DO PARANÁ são obtidas pela cobrança da disponibilização da infraestrutura do porto organizado aos operadores portuários para que realizem as operações de importação e exportação de produtos e mercadorias e sua armazenagem. A disponibilização do cais, canal de acesso e armazéns são cobradas mediante emissão de faturas. Para cada espécie de tarifa cobrada há uma tabela cujos valores foram aprovados pelo órgão regulador – ANTAQ.

A receita de arrendamento é reconhecida mensalmente no resultado e sua cobrança ocorre conforme estipulado no contrato firmado com o arrendatário. A base para o cálculo do valor mensal devido compreende um valor sobre cada m² arrendado e o um valor sobre o volume de cargas movimentadas no mês.

As tarifas de armazenagem são cobradas no momento da retirada da mercadoria pelo cliente. As demais receitas operacionais relacionadas com a utilização da infraestrutura portuária são reconhecidas na contabilidade no fechamento de cada navio.

Em relação aos tributos incidentes sobre o faturamento, PIS e COFINS no caso da PORTOS DO PARANÁ, eles estão sendo discutidos na ação judicial interposta pela Administração Portuária em face da União para reconhecimento da Imunidade Tributária. Enquanto a lide perdurar, por prudência, a PORTOS DO PARANÁ apura as contribuições pelo regime não cumulativo e o valor mensal apurado é recolhido através de depósito judicial conforme liminar obtida junto a 1ª Vara Federal de Paranaguá em 26 de novembro de 2014.

18 – CUSTOS OPERACIONAIS

Os custos operacionais da PORTOS DO PARANÁ, compreendem gastos para manter a infraestrutura e as condições necessárias de funcionamento dos portos paranaenses, sendo todas aquelas relacionadas à atividade finalística da Autoridade Portuária, conforme a Lei 12.815/2013, o Convênio de Delegação da exploração dos portos paranaenses da União ao Estado do Paraná, e o Estatuto Social da empresa. Os custos são todas as obrigações como dragagem de manutenção do canal de acesso, bacia de evolução e berços de atracação, sinalização náutica, batimetria para verificação das profundidades, além de segurança portuária, gestão ambiental, estrutura e mão-de-obra de fiscalização, seguro compreensivo portuário etc. Os custos se classificam conforme tabela abaixo:

Custos dos Serviços Prestados	01.07.2022 a	Período	01.07.2021 a	Período	Δ%
	30.09.2022	findo em 30.09.2022	30.09.2021	findo em 30.09.2021	
Custos da Infraestrutura Marítima	12.263	46.852	2.434	22.432	109%
Custos da Infraestrutura de Acostagem	381	5.781	3.263	4.933	17%
Custos da Infraestrutura Terrestre	1.806	6.530	2.613	2.613	100%
Custos Diversos Padronizados	862	2.682	870	4.481	-40%
Custos Indiretos	31.473	89.953	23.592	73.139	23%
Total	46.785	151.798	32.772	107.598	41%

19 – DESPESAS

As despesas são os gastos com as atividades meio da organização, conforme quadro a seguir:

Despesas Administrativas	Período		Período		Δ%
	01.07.2022 a 30.09.2022	findo em 30.09.2022	01.07.2021 a 30.09.2021	findo em 30.09.2021	
Despesas com Pessoal Adm.	13.679	38.550	11.587	33.846	14%
Serviços de Terceiros e Utilidades	13.508	31.877	11.174	36.121	-12%
Despesas Gerais	7.002	19.206	6.639	17.732	8%
Depreciação do imobilizado	8.878	26.994	8.509	26.743	1%
Depreciação do Intangível	35	174	472	1.368	-87%
Total	43.102	116.801	38.381	115.810	1%

As despesas são os gastos com as atividades meio da organização, conforme quadro a seguir:

Outras receitas/ despesas operacionais	Período		Período		Δ%
	01.07.2022 a 30.09.2022	findo em 30.09.2022	01.07.2021 a 30.09.2021	findo em 30.09.2021	
Despesas PCLD (i)	8.120	23.125	6.885	21.851	6%
Outras Despesas Operacionais (ii)	240	5.197	14.249	30.139	-83%
Outras receitas(despesas) não recorrentes	424	1.115	193	393	184%
Total	8.784	29.437	21.327	52.383	-44%

- (i) As despesas com Provisão de Liquidação Duvidosa são aquelas referente à ação que o SINDOP impetrou contra a Portos do Paraná e que por recomendação do TCE são contabilizadas despesas de perda devido à falta de expectativa a curto prazo de recebimento dos valores questionados na referida ação (Vide N.E. nº05).
- (ii) A linha de outras despesas operacionais se refere às despesas com ações judiciais executadas, pagamento taxas obrigatórias e despesas emergenciais para atendimento às ações de combate à pandemia de COVID-19. As despesas com Provisão de Liquidação Duvidosa são aquelas referente à ação que o SINDOP impetrou contra a Portos do Paraná e que por recomendação do TCE são contabilizadas despesas de perda devido à falta de expectativa a curto prazo de recebimento dos valores questionados na referida ação (Vide N.E. nº05)

20 – RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

	Período		Período	
	01.07.2022 a	findo em	01.07.2021 a	findo em
	30.09.2022	30.09.2022	30.09.2021	30.09.2021
Receita financeira				
Juros recebidos ou auferidos	45	90	10	88
Rendimento de aplicação financeira	9.493	26.518	4.133	8.354
Total	9.538	26.608	4.143	8.442
Despesa financeira				
Descontos Financeiros	-	(2)	-	-
Tarifas bancárias	(11)	(29)	(8)	(27)
Total	(11)	(31)	(8)	(27)
Variação Cambial Líquida	-	-	-	-
Resultado financeiro	9.527	26.577	4.135	8.415

21 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A PORTOS DO PARANÁ, efetua avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados.

Os objetivos e processos de gestão dos riscos e os métodos utilizados para mensurá-los, são apresentados a seguir:

a) Risco de crédito

A PORTOS DO PARANÁ está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais em relação às contas a receber, depósitos e aplicações em instituições financeiras.

Todas as receitas da PORTOS DO PARANÁ, tanto as tarifas cobradas pelo acesso e utilização do cais, como também as receitas de apoio e armazenagem, são recebidas de forma antecipada do cliente, minimizando os riscos de inadimplência. A receita de arrendamento é cobrada mensalmente e, representou cerca de 30% do faturamento da Companhia.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. O montante do risco para o período findo em 30 de setembro de 2022 está demonstrado a seguir:

	<u>30/09/2022</u>
Caixa e equivalente de caixa	214.399
Contas a receber	20.123
Total	<u>234.522</u>

b) Risco de mercado

Risco de taxas de juros e inflação: as aplicações financeiras referenciadas em CDI, que podem afetar negativamente as receitas financeiras caso ocorra um movimento desfavorável nas taxas de juros e inflação.

c) Risco de preço e valor de mercado

A presente estrutura tarifária cobrada no porto organizado é regulada pelo poder concedente que permite manter o equilíbrio econômico-financeiro para que a PORTOS DO PARANÁ possa honrar os compromissos assumidos para manutenção da infraestrutura e investir recursos para tornar o porto mais eficiente.

d) Risco regulatório

Desconsideramos quaisquer eventos de iniciativa do governo federal que possam afetar a continuidade da exploração da infraestrutura portuária concedida ao Estado do Paraná por meio do 1º aditivo ao Convênio de Delegação nº 037/2001 com vigência até 2052. Em relação a um possível ato político que implique no rompimento da relação contratual, consideramos de probabilidade remota.

22 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

É a parte que está relacionada com a entidade, direta ou indiretamente, por meio de um ou mais intermediários, quando a parte: (i) controlar, for controlada por, ou estiver sob o controle comum da entidade (isso inclui controladoras ou controladas); (ii) tiver interesse na entidade que lhe confira influência significativa sobre a entidade; ou (iii) tiver controle conjunto sobre a entidade. Transação com partes relacionadas é a transferência de recursos, serviços ou obrigações entre partes relacionadas, independentemente de haver ou não um valor alocado à transação.

Saldo a pagar a partes relacionadas

Entidades controlada pelo Estado do Paraná	30/09/2022	31/12/2021
Copel Distribuição S.A.	589	728
Cia de Tecnologia da Informação do Paraná	1.049	1.215
Copel Comercialização S.A.	-	-
TOTAL	1.638	1.943

REMUNERAÇÃO DOS CONSELHOS (Em reais)

	36/09/2022	31/12/2021
CONSAD - Conselho de Administração	44.982,00	44.982,00
CONFISC - Conselho Fiscal	11.245,50	11.245,50
CAE - Comitê de Auditoria Estatutário	8.434,14	8.434,14
CIA - Comitê de Indicação e Avaliação	2.811,38	2.811,38
Total	67.473,02	67.473,02

QUANTIDADE DE MEMBROS

	30/09/2022	31/12/2021
CONSAD - Conselho de Administração	9	9
CONFISC - Conselho Fiscal	2	3
CAE - Comitê de Auditoria Estatutário	2	3
CIA – Comitê de Indicação e Avaliação	4	6
Total	17	21

23 – SEGUROS

Os valores segurados são determinados e contratados em bases técnicas que se estimam suficientes para cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros com bens do ativo imobilizado da Portos do Paraná e com os bens da União sob uso e guarda desta Companhia, e foram contratados para o período de 10 de janeiro de 2022 a 10 de janeiro de 2023.

A apólice de riscos operacionais tem cobertura contra danos materiais a bens móveis e imóveis da companhia e dos bens da União dos quais tem uso e guarda, abrangendo acidentes de natureza súbita e imprevista. Esta cobertura não contempla os bens móveis e imóveis localizados nas áreas arrendadas, cuja responsabilidade do seguro é exclusiva do arrendatário.

A apólice de responsabilidade civil tem a cobertura de danos causados a terceiros em decorrência das atividades desenvolvidas no cumprimento das obrigações da Companhia, previstas na Lei 12.815, de 05/06/2013, e com vigência de 27 de janeiro de 2022 a 27 de janeiro de 2023.

A cobertura para danos aos veículos da frota própria (35 veículos) bem como eventuais danos materiais e corporais a terceiros causados em função da atividade da empresa está garantida por apólice com vigência de 14 de abril de 2022 a 14 de abril de 2023.

Abaixo, valores das coberturas vigentes (em milhares de reais):

	30/09/2022	31/12/2021
Riscos operacionais	135.000	75.000
Automóveis	1.750	1.750
Responsabilidade civil	10.000	10.000
Seguro Garantia	86.444	-

24 – EVENTOS SUBSEQUENTES

Não houve eventos subsequentes que passíveis de publicação e/ou ajuste contábil no período com compreenda a data de fechamento do trimestre e a emissão desta Demonstração Contábil.

Paranaguá, 1 de novembro de 2022.



Assinado de forma digital
por RODRIGO NERIS
CAVALCANTI:28542005864
Dados: 2022.12.19 11:40:29
-03'00'
Versão do Adobe Acrobat
Reader: 2022.003.20282

Rodrigo Neris Cavalcanti
CRC PR-066466/O-9
Contador Responsável



Assinado de forma digital por
ADMINISTRACAO DOS
PORTOS DE PARANAGUA E
ANTONINA:79621439000191
Dados: 2022.12.19 12:13:53
-03'00'

Luiz Fernando Garcia da Silva
Diretor-Presidente